

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.965 - RJ (2019/0056367-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LILIAN AZEVEDO DA SILVA
ADVOGADO : DALILA PINHEIRO DE SOUSA E OUTRO(S) - RJ187148
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE UFF

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LILIAN AZEVEDO DA SILVA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Conforme despacho de regularização à fl. 331, não foi recolhido o preparo no momento da interposição do recurso e, antes de o tribunal de origem proceder à intimação para o recolhimento em dobro, previsto no § 4º, art. 1.007 do Código de Processo Civil, a parte juntou a guia de recolhimento e o respectivo comprovante de pagamento; no entanto, de forma simples.

Mediante análise do recurso de LILIAN AZEVEDO DA SILVA, foi percebida, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente, com fundamento no art. 1.007, §§ 2º e 4º, do Código de Processo Civil, para complementar o recolhimento, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

A parte, embora regularmente intimada para efetuar a complementação, não regularizou, uma vez que à fl. 334, limitou-se a afirmar que "no momento de protocolo do Recurso Especial de fls.250/258 juntou o comprovante de pagamento da GRU referente ao preparo do mesmo, conforme se pode verificar à fl. 263".

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente preparado, incidindo,

na espécie, o disposto na Súmula n. 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente